

Passando a limpo



Boris Casoy

boriscasoy@jb.com.br

Cavando a sepultura do Senado

É absolutamente imprevisível o resultado da quarta-feira, quando o Senado deve decidir o destino do presidente da Casa, Renan Calheiros. Esse veredito tem um sentido mais amplo do que cassar ou não o mandato do senador. Trata-se de uma encruzilhada, em que o Senado brasileiro tenta voltar à sintonia com a população ou continua cavando sua sepultura em direção a soluções autoritárias, tão a gosto de algumas figuras do poder, especialmente no PT, em cujas fileiras já se prega abertamente o fim do Senado.

O momento afronta a cidadania. Já não envergonham mais as manobras ditas políticas, comparáveis a ações antes exclusivas da máfia italiana. São ameaças, atos de chantagem, compra de consciências, um vandalismo moral que rebaixa ainda mais o Congresso ante os olhos da nação.

Acusado de ter seus gastos pessoais pagos por um lobista, não há quaisquer dúvidas de que Renan Calheiros quebrou o decoro parlamentar. A sua própria defesa acabou se transformando no maior libelo contra seu mandato. A irada defesa que lhe fazem alguns seguidores fiéis soa falso, uma espécie de histrionismo circense de quinta categoria. Os rostos desses defensores não conseguem esconder o fato de que nem eles acreditam na causa que abraçaram.

O que, tudo indica, vai presidir a decisão de muitos dos parlamentares não é a lógica ou a intenção de fazer justiça. São os interesses da escuridão que nada tem a ver com os anseios da população. São os mesmos fatores que levaram à absolvição de um magote de mensaleiros no Conselho de Ética da Câmara, decisão reprovada agora pelo Supre-

mo Tribunal Federal, que os transformou em réus.

O presidente Lula aparentemente mobiliza céus e terras para evitar a cassação. Mas o faz com a mão do gato, para não contaminar sua imagem com a do aliado. Bas-

É possível que grite mais alto o que resta de consciência cívica na base governista

ta ver a ação do ministro Walfrido dos Mares Guia, das Relações Institucionais; do líder do PT, Ideli Salvatti; e do líder do governo no Senado, Romero Jucá, cochichando pelos corredores promessas e ameaças nos ouvidos de votantes de quarta-feira. Entretanto, sabe-se que a lealdade presi-

dencial tem os limites em seus interesses. E nesses interesses cabe o incômodo de ter por companheiro de viagem uma figura com os carimbos que colaram em Renan. Lula já tem José Sarney como alternativa. Aposta no nome de um peemedebista de altíssimo coturno, para evitar que a presidência do Senado caia em mãos de peemedebistas dissidentes – como, por exemplo, do pernambucano Jarbas Vasconcelos.

Revogada a tese, espertamente elaborada pelo presidente do Senado, de que o alvo de sua cassação seria o presidente da República, Lula debruça-se agora sobre uma condicionante menos surrealista; a de que Renan mobiliza lealdades peemedebistas para “trocar” o apoio da base governista pela aprovação da emenda prorrogando a CPMF. E Lula, é óbvio, não quer pagar para ver num tema que tira

o sono do governo.

Feitos os tradicionais cálculos de quem vota contra ou a favor, pode-se chegar à conclusão de que prevalecem as alianças espúrias, razões pessoais e o temor da perda da CPMF. E que estaria salvo, pelo menos nesse, dos seus três processos.

A esperança de quem quer ver um país mais decente repousa agora no voto secreto. Antes visto como fator pró-absolvição, tornou-se agora uma faca de dois gumes. É possível que grite mais alto o que resta de consciência cívica na base governista. Que, protegidos, e pela companhia unicamente de suas consciências, os senadores sejam levados a decidir a favor do Brasil. Inclusive os 12 senadores do PT, que têm a oportunidade, mesmo que secreta, de um reencontro, mesmo fugaz, com a ética.